



# ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM

Declarada de Utilidade Pública pelo Decreto Federal n.º 31.417/52

DOU 11/09/52

CIRCULAR Nº 048/88

Brasília, 25 de julho de 1988

DA: Coordenadora da Comissão de Educação da ABEN - Central  
PARA: Escolas de Enfermagem, ABEN - Seções e Regionais

Prezado(a) Senhor(a),

Estamos encaminhando, em anexo, o documento "Subsídios para elaboração de uma Proposta de Currículo Mínimo para a Formação do Enfermeiro", resultante da Oficina de Trabalho realizada em Brasília, nos dias 21 e 22 de julho do corrente ano, promovido pela Comissão de Educação da ABEN - Central e Comissão de Especialistas de Enfermagem/SESu/MEC, para ampla discussão por enfermeiros docentes e de serviço, alunos de enfermagem, entidades da categoria, instituições de saúde e outros organismos.

O documento têm a finalidade de subsidiar as discussões locais sobre o tema e orientar a elaboração de minuta de proposta com vistas aos Seminários Regionais sobre Perfil, Competência e Currículo de Formação do Enfermeiro, a serem realizados no mês de outubro de 1988.

Os Estados em que essa discussão já esteja em andamento, devem utilizar como forma de debates, os processos coletivos, resgatando os trabalhos/experiências já acumulados.

Ressaltamos que as discussões estaduais devem ser efetuadas antes da realização dos Seminários Regionais sobre Perfil, Competência e Currículo (vide projeto anexo ao documento), de tal forma que se possibilite a incorporação das propostas locais à proposta de Currículo Mínimo que deverá resultar dos referidos Seminários.

O resultado da discussão local deverá ser encaminhado à Coordenação do Seminário Regional, bem como à Comissão de Educação da ABEN - Central.

Certos de que todos os esforços serão envidados no sentido de podermos elaborar uma proposta de Currículo Mínimo, contamos com sua ampla participação.

Atenciosamente.

Abigail Moura Rodrigues

Coordenadora da Comissão de Educação

meusa

go = Secretaria  
Enviar cópia ao  
Co. Co. de, a Vice Diretora  
e com Dep. de  
JSG  
4/8/88

Recebido em  
09/10/88  
Recebido  
Encaminhar cópia  
aos coordenadores e  
apresentar em  
câmara

PROJETO

"ELABORAÇÃO DE NOVA PROPOSTA DE CURRÍCULO  
MÍNIMO PARA FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO EM  
NÍVEL DE GRADUAÇÃO"

PROMOÇÃO: CEEnf/SESu-MEC

ABEn-CENTRAL

PATROCÍNIO: SESu/MEC

ABEn-CENTRAL

OPAS - CAPES

## I - INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

1 - A crise do ensino superior de enfermagem no País é hoje amplamente debatida, pelas Escolas de Enfermagem (existindo atualmente cerca de 100 cursos), no interior dos Serviços de Saúde pelo reflexo da própria formação profissional na área de atuação prática, e principalmente, pelas entidades representativas da categoria.

O esforço dispendido no plano das discussões foi complementado com a criação da Comissão de Especialistas de Enfermagem da Secretaria da Educação Superior, através da Portaria Ministerial nº 778/85. Esta Comissão elaborou um Plano de Ação-1986/87, com vistas a promover e ampliar a discussão sobre a graduação do enfermeiro nas várias regiões do País. Foram assim realizados cinco (05) Seminários, sendo quatro regionais (Norte/Nordeste, Centro Oeste, Sul e Sudeste) e um Seminário Nacional de Ensino Superior de Enfermagem, cujo Relatório Final segue anexo. Participaram dos Seminários Regionais cerca de quinhentos (500) representantes de Escolas ou Cursos de Enfermagem, de Instituições de Saúde, de Entidades representativas, e de Estudantes de Enfermagem. No Seminário Nacional, como Delegados de várias regiões, estiveram presentes cerca de cento e quarenta (140) participantes.

Nos Seminários Regionais, para assegurar a uniformidade nas discussões, foi utilizada a mesma metodologia para trabalhos em grupos e focalizados os mesmos temas abrangentes:

- 1) O Currículo do Curso de Graduação em face da nova Lei do Exercício Profissional;
- 2) O Ensino de Enfermagem e os Campos de Prática.

Paralelamente, foi discutido em todos os seminários a necessidade da formação do enfermeiro para constituição de "massa crítica" e para o desempenho de competência compatível com o processo da Reforma Sanitária Brasileira.

O Seminário Nacional de Ensino Superior de Enfermagem configurou uma síntese para as discussões em torno dos problemas do ensino de graduação na área de enfermagem e representou uma oportunidade para a consolidação dos relatórios dos Semi

nários Regionais. Como resultado foram feitas as seguintes recomendações:

- Que seja definido o marco conceitual da formação "generalista" do enfermeiro;
- Que seja delineado em nível nacional o perfil do enfermeiro, explicitando suas funções nas várias áreas de atuação;
- Que nos Estados some-se ao perfil generalista, as especificidades regionais, de acordo com o perfil epidemiológico da população;
- Que haja interação das Instituições de Ensino Superior de Enfermagem com a sociedade através de atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Que as Instituições de Ensino Superior de Enfermagem desenvolvam uma prática reflexiva permanente, envolvendo a comunidade e avaliando continuamente suas ações;
- Que seja definido um currículo voltado para a realidade brasileira enfatizando o compromisso social com a participação de enfermeiros docentes, assistenciais e discentes, considerando ainda os resultados do I Seminário Nacional de Ensino Superior de Enfermagem;
- Desenvolvam-se pesquisas baseadas nos problemas emergentes da prática profissional e do ensino, dando origem a soluções e inovações;
- A política Nacional de Saúde deve ser analisada à luz das correntes filosóficas, ideológicas e políticas e considerada na definição do currículo de enfermagem, sem assumir a condição de determinante do mesmo;
- Ressalte-se o ensino de atenção primária à saúde, nos currículos de graduação, visando a globalidade da assistência;
- Os conceitos de saúde e doença discutidos por professores e alunos desde o início do curso;
- Estenda-se o ensino preventivo na assistência à pessoa hospitalizada;
- Estenda-se o ensino prático do aluno de enfermagem a campos de estágio proporcionadores de experiências profissionais nos vários níveis de assistência, incluindo-se os da zona rural;
- Que na elaboração da proposta curricular sejam consideradas os seguintes aspectos:
  - a) Extinção das habilitações;
  - b) Aumento da carga horária mínima com base em estudos realizados;

- c) Determinação do período mínimo do curso em 4 anos;
- d) Definição de objetivos para o curso com base no perfil estabelecido e que norteiem os ciclos básicos e profissional;
- e) Revisão das disciplinas com base nos objetivos dos cursos, contemplando disciplinas humanistas, biológicas e de saúde pública;
- f) Inclusão do estágio curricular como disciplina do último período com normas estabelecidas;
- g) Realização de estudos em nível de Estados para identificação das causas de evasão;
- h) Desenvolvimento de disciplinas do ciclo profissional concomitante com as disciplinas do ciclo básico, desde o início das atividades acadêmicas;
- i) Análise dos relatórios dos Encontros Regionais de Estudantes de Enfermagem EREENS e dos Encontros Nacionais de Estudantes de Enfermagem para apreciação e viabilização das sugestões.

- Que as Instituições empregadoras do profissional enfermeiro promovam condições de participação em eventos científicos e cursos e que os mesmos se comprometam a serem elementos multiplicadores dos conhecimentos adquiridos;

- Que haja reorientação dos cursos de Pós-Graduação no sentido de que a produção de conhecimento contemple principalmente a prática profissional de enfermagem;

- Desenvolvimento do trabalho em equipe multiprofissional com objetivos comuns, favorecendo a efetiva interação da equipe de saúde;

- Que os órgãos de classe promovam estudos no sentido de determinar a relação enfermeiro/clientela e defina o objeto de trabalho do enfermeiro;

- Que seja analisado e explicitado o conceito da IDA e estimulada as necessidades e realidades de cada instituição, contando com a participação de docentes, discentes, enfermeiros assistenciais e comunidade;

- Que cada curso de Enfermagem tenha um compromisso formalizado com o campo de prática, intra e extra muros, sendo garantido que ocorram atividades da prática supervisionada em horário noturno, fins de semana e férias, assegurando que o aluno não seja utilizado como mão-de-obra e remuneração aos docentes e assistenciais,

compatível com as atividades desenvolvidas em decorrência do ensino;

- Que a lei do exercício profissional seja considerada como subsídio na elaboração do currículo.

2 - Concomitantemente a essas discussões, foi realizado, também, um Seminário Nacional onde se discutiu a necessidade de adequação do perfil e competência do enfermeiro frente à realidade social, cujas consequências passam a exigir uma análise crítica dos profissionais enfermeiros e demais exercentes da enfermagem, no sentido de se definir um modelo de atuação que favoreça a identidade da profissão.

A composição dos temas discutidos nesse seminário incluem os seguintes aspectos:

1. em que consiste a enfermagem;
2. a quem oferecemos o cuidado de enfermagem;
3. quem executa o cuidado de enfermagem;
4. a importância do marco referencial e conceitual dentro de um modelo de formação e prática profissional; e
5. perfil e competência de uma profissão.

Participaram desse Seminário cerca de 140 representantes de Escolas ou Cursos de Enfermagem, de Instituições de Saúde, de Organismos Nacionais, de Estudantes de Enfermagem, incluindo duas docentes da Escola de Enfermagem em Montevideu (Uruguai).

Como resultado do Seminário Nacional sobre Perfil e Competência do Enfermeiro, foram feitas as seguintes recomendações:

- Realização de seminários regionais, para uma discussão ampla com a finalidade de traçar o perfil e a competência do enfermeiro atendendo as características regionais, como subsídio ao II Seminário Nacional, onde se delineará o Perfil e Competência do Enfermeiro Brasileiro no sistema de saúde vigente no País;

- Reformulação do currículo do curso de graduação em enfermagem para atender ao novo perfil profissional dentro da realidade brasileira;

- Reformulação do ensino médio da área de enfermagem (nível técnico e auxi

liar), observando as estratégias e os conteúdos a partir do estabelecimento do perfil e competência do enfermeiro;

- Inclusão das entidades de classe: ABEn, COFEn, COREn, Sindicato, Instituições de Ensino Superior Federais, Estaduais, Municipais e Particulares no movimento de adequação do profissional enfermeiro à realidade brasileira;

- Iniciar um movimento de reivindicação da criação da carreira profissional do enfermeiro nas instituições de saúde pública e privada no País;

- Estabelecimento de uma política nacional de formação e capacitação de cursos humanos na área de enfermagem, com apoio das entidades financiadoras (CAPES, CNPq), para implementação dessa política;

- Criar e implementar programas de integração docente-assistencial, com base no modelo de cuidar;

- Promover discussões regionais e nacionais, sobre o modelo de cuidar na enfermagem, de acordo com as diferentes linhas filosóficas;

- Reorientar as investigações científicas na área de enfermagem para que produzam conhecimentos específicos sobre a característica do cuidar em enfermagem;

- Incentivar o desenvolvimento de tecnologia específica, que caracterize o modelo de cuidar de enfermagem nos serviços de saúde;

- Entender o termo perfil, como o que possa ser identificado de imediato numa profissão, ou seja, um conjunto de crenças, conceitos e características, com que se identifica o profissional; alguma coisa única, singular, peculiar a uma profissão, que represente a essência do conhecimento e habilidade para determinar o nível de competência e do desempenho profissional;

- Entender o termo competência, como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes peculiares, que possa conferir autoridade, domínio e autonomia no exercício profissional.

3 - Cabe referir ainda, com relação a essas questões que, em dezembro de 1987, foi realizado um Seminário sobre Metodologia da Análise Prospectiva aplicada à Enfermagem, na OPAS/OMS - Brasília-DF, onde foi discutida a necessidade de integração de esforços e de um trabalho em conjunto com vistas ao processo de transformação da en

fermagem brasileira.

Partindo desse evento, em março de 1988, foi realizada uma reunião na sede da Associação Brasileira de Enfermagem, com a finalidade de integrar esforços e representantes de instituições e organismos relacionados com as questões que interessam ao desenvolvimento da enfermagem.

Em seguida, CAPES e CNPq integram-se para a realização de uma reunião, em abril de 1988, com os Coordenadores dos Cursos de Pós-Graduação "Stricto Sensu" na área de Enfermagem. Nessa reunião, foi apresentada uma proposta de realização de um Seminário Nacional, coordenado pela ABEn, para discutir e elaborar subsídios para a definição de uma Política Nacional de Formação e Capacitação de Recursos Humanos para a Enfermagem em nível de Pós-Graduação, discutindo-se na ocasião os aspectos relacionados à integração da Pós-Graduação com a graduação.

Ao mesmo tempo, os esforços foram integrados pela CEEenf/ABEn/CNPq na continuidade dos trabalhos relativos às questões do ensino de Graduação em Enfermagem e para discutir em profundidade as recomendações dos Seminários anteriormente realizados.

4 - A Coordenadora da Comissão de Especialistas de Enfermagem e um membro da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn Central) participaram do Seminário Latino-Americano sobre Regulamentação da Enfermagem, realizado em Quito - Equador, de 18 a 23 de abril de 1988, sob o patrocínio da Fundação Internacional Florence Nightingale associado ao Conselho Internacional de Enfermeiras (CIE/FIFN). Nesse Seminário ficou constatado que a problemática referente à regulamentação de ensino e serviço de enfermagem do Brasil requer melhor adequação da formação de recursos humanos ao panorama sanitário e à política dos Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde nos Estados (SUDS), o que exige, portanto, a reformulação do Plano Curricular de Enfermagem em nível de graduação. Definiu-se na ocasião, além do mais, outras prioridades e diretrizes compatíveis com a mudança de instrumentos legais junto ao Ministério da Educação e ao Conselho Federal de Educação.

Neste sentido, cabe destacar que há um compromisso assumido em nível nacional, face ao processo de discussão desencadeado nos eventos e reuniões citados e,

em nível internacional, pela posição estratégica que o Brasil ocupa, principalmente na América Latina.

A realidade deste projeto exige, portanto, a atuação conjunta da Comissão de Especialista de Enfermagem (CEEEnf/SESu-MEC), da Comissão de Educação da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn Central), da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), bem como a devida consideração da Organização Panamericana de Saúde - OPAS/OMS e de outros Organismos e Instituições que possam contribuir para assegurar a reorganização do currículo de enfermagem e o redimensionamento do perfil e da competência do enfermeiro no grupo das profissões de Saúde, para que seu trabalho tenha caráter de integralidade e resolutividade no conjunto das ações de Saúde oferecidas à população.

## II - OBJETIVO

Elaborar um novo Plano de Currículo Mínimo de Graduação em Enfermagem.

## III - ESTRATÉGIA DE TRABALHO

A operacionalização deste projeto compreende sete fases de trabalho:

FASE 1 - Realização de quatro Seminários Regionais e um Nacional para discussão do Ensino Superior de Enfermagem e de um Seminário Nacional para discussão de Perfil e Competência do Enfermeiro (fase concluída).

FASE 2 - Composta de três momentos:

a) Realização de Oficina de Trabalho para reunir subsídios para elaboração de uma proposta de Currículo Mínimo para a formação do enfermeiro (momento concluído).

b) Encaminhamento do documento elaborado por ocasião da Oficina de Trabalho para ampla discussão por enfermeiros docentes, de serviços, alunos de enfermagem, entidades da categoria, representantes de Instituições de Saúde e outros organismos.

c) Realização de Seminários para discussão do Perfil, Competência e Currículo ao nível regional e indicação da proposta de Currículo Mínimo, a saber:

- Seminário Regional Centro-Oeste a ser realizado em Cuiabá, (já com financiamento assegurado pelo CNPq);

- Seminário Regional Sul a ser realizado em Florianópolis, (já com financiamento assegurado pelo CNPq);

- Seminário Regional Sudeste a ser realizado em São Paulo;

- Seminário Regional Norte/Nordeste a ser realizado em Fortaleza.

FASE 3 - Realização de uma Mesa Redonda, durante o Comitê de Graduação do XL Congresso Brasileiro de Enfermagem, em Belém, com a finalidade de apresentar a síntese das propostas dos Seminários Regionais.

FASE 4 - Reunião da Comissão de Especialistas de Enfermagem e da Comissão de Educação da ABEn, apoiadas por um grupo de assessores a serem convidados, para elaboração de minuta de Ante-Projeto de Currículo Mínimo.

FASE 5 - Realização de Seminário Nacional para discussão e aprovação da proposta de Currículo Mínimo para a formação do enfermeiro (EEUFF).

FASE 6 - Reunião da Comissão de Especialistas de Enfermagem e Comissão de Educação da ABEn, para montagem do processo de encaminhamento do Ante-Projeto de Currículo Mínimo ao Conselho Federal de Educação (CFE) 1989.

FASE 7 - Encaminhamento do Ante-Projeto de Currículo Mínimo de Graduação em Enfermagem ao Conselho Federal de Educação - CFE, pela Comissão de Especialistas de Enfermagem SESu/MEC.

#### IV - PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

A equipe responsável pelo planejamento, organização e desenvolvimento do Seminário será composta pelos seguintes representantes:

#### ÓRGÃOS/INSTITUIÇÕES E REPRESENTANTES

- Comissão de Especialistas de Enfermagem/SESu/MEC

Presidente: Vilma de Carvalho

- ABEn

Coordenadora da Comissão de Educação: Abigail Moura Rodrigues

#### ASSESSORIA TÉCNICA

- CNPq

Técnica de Desenvolvimento Científico/COCS: Maria da Glória M. Wright

- CAPES

Presidente da Área de Enfermagem: Terezinha Teixeira Vieira

- OPAS

Glória Briceño

## ATIVIDADE

## FASE 1

SEMINÁRIOS REGIONAIS E NACIONAL

## FASE 2

1º MOMENTO - OFICINA DE TRABALHO PARA REUNIR SUBSÍDIOS PARA ELABORAÇÃO DE UMA PROPOSTA DE CURRÍCULO MÍNIMO PARA A FORMAÇÃO DO ENFERMEIRO.

2º MOMENTO - ENCAMINHAMENTO DO DOCUMENTO ELABORADO POR OCASIÃO DA OFICINA DE TRABALHO, PARA AMPLA DISCUSSÃO POR ENFERMEIROS DOCENTES, DE SERVIÇO, ALUNOS DE ENFERMAGEM, ENTIDADES DA CATEGORIA, REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES DE SAÚDE, OUTRO ORGANISMOS.

3º MOMENTO - SEMINÁRIOS REGIONAIS PARA DISCUSSÃO DE PERFIL, COMPETÊNCIA E CURRÍCULO AO NÍVEL REGIONAL E INDICAÇÃO DA PROPOSTA DE CURRÍCULO MÍNIMO.

## FASE 3

MESA REDONDA DURANTE O COMITÊ DE GRADUAÇÃO DO XL CBE<sub>n</sub> - SÍNTESE DAS PROPOSTAS DOS SEMINÁRIOS REGIONAIS

## FASE 4

REUNIÃO DA COMISSÃO DE ESPECIALISTAS SESu/MEC E COMISSÃO DE EDUCAÇÃO ABEn E ASSESSORES PARA ELABORAÇÃO DO ANTE-PROJETO DE CURRÍCULO MÍNIMO.

## FASE 5

SEMINÁRIO NACIONAL PARA DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE CURRÍCULO MÍNIMO.

DATA E LOCAL

REALIZADOS OUTUBRO DE 1986 A OUTUBRO  
DE 1987.

REALIZADO EM 21 E 22 DE JULHO DE 1988  
BRASÍLIA - DF

AGOSTO 1988

OUTUBRO - 1988 - FÓRTALEZA, FLORIANÓ  
POLIS, CUIABÁ, SÃO PAULO

06 DE DEZEMBRO DE 1988 - BELÉM - PA

MARÇO/1989 - BRASÍLIA

ABRIL 1989 - NITERÓI - RJ

ATIVIDADE	DATA E LOCAL
FASE 6  REUNIÃO DA COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENFERMAGEM E COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA ABEn PARA MONTAGEM DO PROCESSO DE ENCAMINHAMENTO DO ANTE-PROJETO DE CURRÍCULO MÍNIMO AO CFE	MAIO 1989 - BRASÍLIA
FASE 7  ENCAMINHAMENTO AO ANTE-PROJETO DE CURRÍCULO MÍNIMO AO CFE - PELA COMISSÃO ESPECIALISTAS DE ENFERMAGEM	MAIO 1989 - BRASÍLIA